

A Rebelião de maio de 1938

Marly de Almeida Gomes Vianna

Introdução

O levante ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 1938 não é muito estudado, merecendo algumas poucas linhas na história dos anos de 1930. Penso, no entanto, que esse movimento deve ser visto como importante momento de alianças políticas antivarguistas, concretizadas pela unidade de ação entre políticos civis, militares e integralistas (civis ou militares). Momento em que as forças de oposição ao governo, perdendo a perspectiva de chegar ao poder legalmente, estabeleceram alianças para levar adiante um golpe armado, com a imprescindível participação dos militares – o que ocorrerá outras vezes em nossa história.

Os militares

A jovem oficialidade tenentista havia sido a protagonista política no início dos anos de 1920. Na sociedade brasileira das primeiras décadas do século os militares vinham desempenhando papel de destaque. Desde a proclamação da República, o Exército passara a participar ativamente na vida do país. José Murilo de Carvalho salientou o fato ao escrever: "A Primeira República começa e acaba com intervenções militares"¹. José Murilo de vê três posturas básicas no intervencionismo militar da Primeira República: uma intervenção reformista, a do "soldado cidadão" que se sente com o direito e o dever de participar politicamente da vida do país; a do "soldado profissional", cujo discurso de não intervenção esconde uma pseudoneutralidade; e a do "soldado corporação", que preconiza uma "intervenção moderada"². Sempre uma atitude intervencionista. A participação dos militares na proclamação da República e seu papel nos governos de Deodoro e Floriano, levaram a que se considerassem os legítimos guardiães dos ideais republicanos. No governo do Marechal Hermes (1910-1914), as intervenções militares que realizou ficaram conhecidas como políticas de “salvação”.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de: "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T.III, vol. 2, São Paulo:Difel, 1978, p. 183.

² Id Ibdj, p. 210-214.

O marechal Floriano Peixoto a propósito de uma das tantas questões que, em sua época, envolveram militares e civis, deixou claro o pensamento sobre o direito de intervenção militar, comentando da

... podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele que sabe purificar o sangue do corpo civil que, como o nosso, está corrompido³

Muitos militares apoiaram com entusiasmo a Revolução de 1930. Os tenentes que tiveram papel fundamental nela participaram do poder através das interventorias estaduais no governo provisório. O movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo, no entanto, afastou-os gradativamente do poder e restabeleceu a hierarquia nas Forças Armadas. A maior parte dos jovens oficiais integrou-se ao governo ou acomodou-se à carreira militar e só num pequeno número reagrupou-se, em 1935, na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Por outro lado, muitos militares se opuseram ao movimento de 1930 e, embora derrotados, não se conformaram com a situação - irão se levantar em São Paulo, em 1932.

O espírito conspirativo e golpista, que embasara a ação política nos anos 20 continuou vivo e atuante, em especial nos primeiros cinco anos da década de 1930. Todos os escalões das Forças Armadas conspiravam, com forte participação civil e, em se tratando de militares, o caminho armado era o indicado. Foram inúmeras as tentativas golpistas ocorridas de 1922 a 1935: temos o levante dos Dezoito do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1922; o levante em São Paulo, a 5 de julho de 1924, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes; o levante de várias unidades militares do Rio Grande do Sul formando a coluna gaúcha que, juntando-se às forças de São Paulo e sob o comando de Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes deram início à Coluna Invicta. Ainda em 1924, houve revoltas na Marinha, comandadas por Herculino Cascardo e Protógenes Guimarães; a rebelião no 27º Batalhão de Caçadores (BC) do Amazonas; em 1925, nova tentativa de golpe militar no Rio, quando um grupo de oficiais comandados por Jansen de Mello tentou tomar o 3º Regimento de Infantaria (RI), na Praia Vermelha. Em 1926, em Sergipe, há uma tentativa de rebelião do 28º BC;

³ "Carta de 10/7/1897", in PEIXOTO, Arthur Vieira, *Floriano*, Rio de Janeiro: MEC, 1939, vol.1, p. 26, apud CARDOSO, Fernando Henrique "Dos Governos Militares a Prudente de Moraes, Campos Salles", in FAUSTO, Boris., op. cit., vol. 1, pp. 29-30.

também em 1926, na Paraíba, iniciou-se uma rebelião em unidades militares, visando apoiar Coluna Prestes; houve ainda tentativas de levantes militares em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1930, a "revolução" que levou Getúlio ao poder foi uma ação militar, desta vez estendida a todo o país. Em 1931 levantou-se o 21º BC, à época sediado em Recife; a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, contou com a significativa participação de militares, mesmo de alguns que haviam apoiado a Revolução de 1930, agora desiludidos com ela. Faziam ferrenha oposição a Vargas e a seu governo. Durante os anos de 1933, 34 e 35, houve inúmeras conspirações. Em novembro de 1935 rebelaram-se o 21 BC, em Natal, o 29 BC em Recife e no Rio de Janeiro o 3º RI e a Escola de Aviação Militar. A tentativa de golpe de maio de 1938 foi também essencialmente militar. Os militares, cidadãos armados, se posicionavam sempre politicamente, estivessem à esquerda, à direita, ou “apolíticos”, como a maioria se dizia, e que, na verdade, nenhum o era⁴.

O grupo militar contrário á revolução de 1930 e que participara de julho de 1932, foi se articulando contra o novo governo, centrando seus ataques na figura de Getúlio Vargas. Derrotado o movimento Constitucionalista, continuou a oposição a Vargas, embora esperasse pelas futuras eleições, marcadas para o início de 1938 - a nova Constituição proibia a reeleição do presidente da República.

Também uma oposição militar de esquerda começava a se organizar. Como mencionamos, foram aqueles que consideravam que a revolução que apoiaram havia sido traída. Além do mais, combatiam agora o integralismo, surgido em outubro de 1932 e que contava com as simpatias do governo Vargas⁵. Foram os que se uniram na

⁴ Chamo de esquerda os que queriam transformações políticas, sociais ou econômicas que, segundo esses militares, realizassem uma reforma agrária, incentivassem a industrialização e concedessem direitos democráticos à população. Era esse, basicamente o ideário que se organizou na Aliança Nacional Libertadora, em 1935. À direita estavam os grupos que não propunham transformações econômicas e nem sociais, o que os levava, politicamente, a colocar-se contra mudanças que afetassem o *status quo*. Foi um grupo que desde cedo combateu o tenentismo, aceitando o argumento de combater a quebra de hierarquia. De modo geral expressam posições ideológicas que tem no anticomunismo seu principal foco.

⁵ Ver SALGADO, Plínio, "Atos preparatórios do golpe de 10 de novembro. O Integralismo, o presidente Vargas e as classes armadas". In SALGADO, Plínio, *Obras Completas*, vol. Nono, *O Integralismo perante a Nação*. São Paulo:Ed. das Américas, 1955, páginas 229 a 257. Plínio Salgado fala dos encontros tidos com o ministro da Guerra Eurico G. Dutra, com o chefe de Polícia Filinto Müller, com o general Newton Cavalcanti e com o próprio presidente Vargas.

Aliança Nacional Libertadora, lançada no final de março de 1935. Tinham uma plataforma anti-imperialista, antilatifundiária e democrática.⁶

Algumas palavras sobre a Ação Integralista

Pela importância que lhe foi dada nos levantes, cabem algumas palavras sobre a Ação Integralista Brasileira, a AIB.

No Brasil a extrema direita teve inúmeros adeptos na década de 30, e os grupos que já existiam juntaram-se quase todos na Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada a 07 de outubro de 1932, sob a liderança de Plínio Salgado: A Legião Cruzeiro do Sul (1922); a Ação Imperial Patronovista (1928); Partido Fascista Brasileiro (novembro de 1930); Ação Social Brasileira - Partido Nacional Fascista, fundado por J. Fabrino, em Minas Gerais (fevereiro de 1931). Também em 1931 foi fundada a Legião 3 de outubro em Minas Gerais, com Francisco Campos, Gustavo Capanema, Amaro Lanari, e o Partido Nacional Sindicalista, por Olbiano de Mello, também em Minas Gerais. A 23 de agosto de 1931 fundou-se a Legião Cearense do Trabalho, dirigida por Dom Helder Câmara e os capitães Severino Sombra e Jeová Motta. A Legião Brasileira do Trabalho é do início de 1932. Havia ainda o Partido Nacional de São Paulo e o Partido Nacional Regenerador⁷.

O Manifesto da AIB foi lançado a 7 de outubro de 1932, no Teatro Municipal da São Paulo. Aderiram ao movimento, além dos já citados, o grupo da revista *Hierarquia*, e elementos do jornal *A Razão*. Aderiram também vários acadêmicos de Direito, do Recife e da Bahia. Em abril de 1933 entram para a AIB no Distrito Federal, o médico Belmiro Valverde (que terá papel decisivo na insurreição de maio de 1938), Antônio Galloti, San Thiago Dantas, Helio Vianna, Américo Jacobina Lacombe entre outros.⁸

Segundo dados de Robert Levine, no final de 1934 a AIB tinha cerca de 180.000 membros; em 1937 possuía 4000 células em 700 municípios e 130 distritos. Diziam ter 400.000 membros, mas, segundo o autor, seria melhor considerar 100 ou 200 mil.⁹ Há bastante controvérsia sobre o número de integralistas, mas todas às menções à Marinha

⁶ SISSON, Roberto F. *La revolución democrático progressista brasileña: política de union nacional*, Buenos Aires:Ed. Rio/Buenos Aires, 1939, p.16. Ver também VIANNA, Marly de A.G., *Revolucionários de 1935 – sonho e realidade*. São Paulo:Expressão Popular, 3ª Ed., 2011.

⁷ Apud CARONE, Edgar, *O PCB – 1922-1943*, vol. 1, São Paulo:Difel, 1975, p. 195.

⁸ CARONE, E. *A República Nova - 1930-1937*. São Paulo/Rio de Janeiro:DIFEL, 1976, p.204-206

⁹ LEVINE, Robert, *O regime de Vargas, 1934-38*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1980, p. 132-133

dizem que cerca de 75% do pessoal da Armada chegou a estar filiado à AIB¹⁰ “O integralismo contava, só no Rio de Janeiro, com 300 oficiais na Marinha e com mais de mil no Exército”.¹¹ Glauco Carneiro cita o então tenente Jatyr de Carvalho Serejo: “Em 1937, afirmamos sem receio de errar, 70% da Marinha de Guerra ingressara na Ação Integralista Brasileira e outros 10% eram ardorosos simpatizantes”.¹²

O ideário da AIB era bastante ambíguo, o que possibilitou – e não por acaso – várias leituras de seus pontos programáticos. A religião, juntamente com a pátria e a família, seriam os pilares da nova sociedade, cujos valores deveriam substituir as divisões político-partidárias ou de classe. Também os apelos moralistas eram muito fortes. Consideravam a democracia como responsável por todos os males do país, precisando ser combatida – por isso era necessário um Estado forte e antiliberal e daí também as propostas de obediência cega ao chefe e a absoluta hierarquização da sociedade.

Se havia na AIB um grupo que tinha por base o anticomunismo, temia mudanças e apoiava o governo Vargas, havia aqueles que aderiram ao integralismo por considerá-lo uma nova proposta de entender o Brasil a partir de suas raízes essencialmente nacionais. Pelo viés do nacionalismo pregado no programa da AIB diziam-se também contrários ao imperialismo. A meu ver, foi esse grupo que garantiu o crescimento e a combatividade de muitos militantes integralistas (tais como Belmiro Valverde) e seu crescimento nos meios militares - o que também explica o número de intelectuais que militou na AIB ou que com ela simpatizou e que não tardou muito a afastar-se de suas fileiras. Podemos citar os mais famosos: Alceu de Amoroso Lima, San Thiago Dantas, Don Helder Câmara, Roland Corbisieu, Nilton Santos, entre outros, cuja posterior militância social esclarece a leitura que fizeram do ideário da AIB.

Unidade de ação contra o Estado Novo

O destaque que dei até aqui aos militares e à AIB (mais aos militares do que à AIB) vem do fato de terem sido esses dois grupos os que se juntaram em 1938 para atacar militarmente o governo de Vargas (mais os militares do que a AIB). Da parte dos militares, eram contra tudo que a revolução de 1930 representava, em especial contra o

¹⁰ CARNEIRO, Glauco, *História das Revoluções Brasileiras*, vol. 2. Rio de Janeiro:Edições O Cruzeiro, 1965. p. 139

¹¹ Idem, p. 441

¹² Idem, p. 443

chefe do governo Getúlio Vargas: sua postura ditatorial e o apoio que tinha entre os trabalhadores, no movimento sindical e entre a jovem oficialidade. Era uma oposição que vinha dos anos 30 e se tinha solidificado em 1932, como vimos. Da parte dos integralistas, uma oposição marcada pelo oportunismo, por terem sido relegados com o advento do Estado Novo, que haviam saudado entusiasticamente. Com o crescimento da Aliança Nacional Libertadora, especialmente nos meios militares, o governo sentia-se ameaçado. “A saída imediata foi o financiamento dos grupos de choque, as milícias integralistas, que passaram a disputar adeptos também nas fileiras militares”¹³

Note-se que a conspiração foi bastante facilitada com a derrota da grande frente democrática, em 1935. O fechamento da ANL e o esmagamento dos levantes armados de novembro daquele ano, consolidou o autoritarismo no Brasil¹⁴. A base dessa consolidação foi, mais uma vez, o anticomunismo.

No segundo semestre de 1937 os sinais de que algo se tramava estavam no ar. Naquele ano, as comemorações da chamada “intentona comunista” ocorreram a 22 de setembro, mais de dois meses antes da data do levante do 3º RI. Não por acaso, no final desse mesmo mês foi divulgado o famoso Plano Cohen, hoje sabido que de autoria do então capitão integralista Mourão Filho e que a alta cúpula militar encampou, atribuindo-o a uma solerte trama do comunismo internacional. Foi o pretexto para a decretação do Estado Novo.

Se a oposição militar não integralista a Vargas indignou-se com o novo regime, que implantava uma ditadura e anulava as previstas eleições de março de 1938, mostrando claramente os planos de Getúlio de continuar no poder, o entusiasmo dos integralistas, ao contrário, foi grande. Plínio Salgado, autorizado por promessas de Vargas, já se sentia ministro da Educação.

A 1º de novembro de 1937, sabedores dos planos de Vargas e sentindo-se partícipes, os integralistas realizaram uma grande parada em estilo militar. Em frente ao hotel Glória o chefe nacional passou em revista “suas tropas”, que seguiram para o Catete, para homenagear o chefe do governo. Segundo Glauco Carneiro, desfilaram 25 mil integralistas, os civis com suas camisas verdes e os militares fardados. Getúlio Vargas saudou-os da varanda do palácio do Catete, “tendo a seu lado o ministro da

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª edição, São Paulo:Expressão Popular, 2010, p. 333.

¹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional”. In PANDOLFI, Dulce (org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro:FGV, 1999.

Marinha, almirante Henrique Aristides Guilhem e o general Newton de Andrade Cavalcanti, comandante da Vila Militar”.¹⁵

Como já foi dito, os integralistas esperavam ter papel importante no Estado Novo. Plínio Salgado escrevera a Vargas, em janeiro de 1938, afirmando que o redator da Constituição de 1937, Francisco Campos, lhe havia garantido que os integralistas seriam a base do novo regime.¹⁶ Com a instauração do Estado Novo todos os partidos e quaisquer organizações políticas foram fechadas e colocadas fora da lei. Esperava-se que seria aberta uma exceção para a AIB e quando isso não ocorreu, o general Newton Cavalcanti ficou tão indignado que escreveu ao ministro da Guerra, gal. Eurico Gaspar Dutra, pedindo exoneração do comando da 1ª Brigada de Infantaria. Entre outras coisas disse ele:

O GOLPE DE 10 DE NOVEMBRO, COMO NÃO IGNORA V. EXCIA., FOI, NÃO
HÁ DÚVIDA, O RESULTADO CONCRETO DA COOPERAÇÃO
CORAJOSAMENTE CÍVICA DAS ÚNICAS FORÇAS GENUINAMENTE
NACIONAIS E ORGANIZADAS DO BRASIL: O EXÉRCITO, A MARINHA E O
INTEGRALISMO¹⁷

É preciso entender o entusiasmo e as esperanças dos integralistas com o Estado Novo para compreender a decepção, a amargura, a fúria mesmo contra Vargas, quando este, a 2 de dezembro de 1937, proibiu o funcionamento dos partidos políticos. De nada adiantaram os argumento de que não eram um partido e sim uma “Ação”, pois a proibição atingia qualquer tipo de organização política, como vimos

– e mesmo não política: a AIB tentou transformar-se em uma Associação Brasileira de Cultura – ABC – o que não conseguiu. A partir daí, de apoio entusiasta a Vargas e ao novo regime, passaram à oposição.

Havia também uma oposição civil a Getúlio, que se uniu aos grupos militares e aos militantes da já extinta AIB. Entre eles, destacou-se Flores da Cunha, que desde

¹⁵ Carneiro, Galuco, op. cit. P. 442

¹⁶ SALGADO, Plínio, “Carta do Chefe Nacional da ‘Ação Integralista Brasileira’, Plínio Salgado, ao senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, em 28 de janeiro de 1938. In SALGADO, Plínio, *Obras Completas*, vol. Nono, *O Integralismo perante a Nação*. São Paulo: Ed. das Américas, 1955, p. 219 a 228.

¹⁷ Carta do general Newton Cavalcanti ao ministro da Guerra, Gal. Eurico Gaspar Dutra, de 2 de dezembro de 1937. TSN, processo nº 466. Em maiúsculas no original.

1935 vinha fazendo posição a seu antigo aliado¹⁸. Por isso mesmo, Vargas e os generais que o rodeavam, trataram de neutralizar os provisórios, a poderosa polícia estadual do Rio Grande do Sul. Em setembro de 1937, o general Daltro Filho, sob o pretexto de fazer desfilar unidades militares, concentrou batalhões em Porto Alegre. Decretado o estado de guerra, por motivo do famoso plano Cohen, Daltro requisitou a milícia estadual e Flores da Cunha, sem condição de resistir, retirou-se para o Uruguai, sendo o gal. Daltro Filho empossado na interventoria do Estado.¹⁹ Outro civil importante a participar da conspiração foi Octávio Mangabeira, que havia sido ministro de Washington Luiz e fazia ferrenha oposição a Vargas

Depois do Estado Novo a conspiração se intensificou. Em março de 1938 houve uma primeira – e frustrada - tentativa de golpe: frustrada pela polícia, que prendeu os que preparavam ações contra o governo, antes que elas se concretizassem e frustrada também porque os próprios rebeldes receberam ordens de recuar. Assim mesmo, Otávio Mangabeira e o coronel Euclides de Figueiredo foram presos, denunciados como conspiradores.

MAIO DE 1938

A alma da conspiração para a derrubada do governo, não é demais insistir, foram os militares. Se na Marinha de Guerra a influência integralista era muito grande, o mesmo não acontecia no Exército, a mais importante das forças. Além do mais, nenhum dos oficiais do Exército chefes da conspiração era integralista ou mesmo simpatizava com eles. Todo o planejamento das ações foi elaborado pelo tenente Severo Fournier e supervisionado pelo coronel Euclides de Figueiredo, que nada tinham a ver com o integralismo. Os dois representavam uma continuação da luta armada paulista de 1932 contra o governo. Severo Fournier havia sido ajudante de ordens de Euclides de Figueiredo na Revolução Constitucionalista e o criador do famoso “trem blindado”.

O plano de ação foi enviado a seu antigo chefe, de quem Fournier continuava amigo e admirador. O coronel Euclides fez várias observações e indagações sobre esquema – totalmente militar - e considerou o plano bom, embora necessitando de ajustes. Parecia-lhe, por exemplo, que a Vila Militar estava fraca. Pediu também que o

¹⁸ Logo depois da decretação do Estado Novo foi instaurado um processo contra Flores da Cunha. TSN, processo nº 417.

¹⁹ Carneiro, Glauco, op. cit. P. 439

plano fosse submetido ao general João Cândido Pereira de Castro Jr., principal chefe da revolta²⁰.

O coronel Euclides contava estabelecer seu posto de comando (PC) na Praça Onze, de onde dirigiria a ocupação do Quartel General (QG) do Exército e contava, para isso, com o Batalhão de Guardas, um ou mais esquadrões do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD), um contingente da Escola de Estado Maior (EEM), uma bateria do 1º Grupo de Obuzes (GO), e o 14º RI.

Tomado o Quartel General, lá seria instalada uma Junta Governativa, pois Figueiredo considerava o Palácio do Catete muito exposto. Para defesa de eventuais ataques do governo aos rebeldes, as tropas da Vila Militar com que pudessem contar deveriam barrar as forças que porventura viessem de São Paulo por estrada de rodagem, e o 2º BC faria o mesmo em relação à estrada de ferro. O plano entraria em execução na hora “H” pré estabelecida e o resultado de cada ação deveria ser comunicado a ele, em seu PC na Praça Onze.²¹ Um plano militar.

Fournier estava entusiasmado: “Estamos com a parte sã da consciência nacional. Resultante dos fatores morais da brasilidade, o nosso movimento é vitorioso a priori. (...) Será mais difícil conter o ímpeto, o entusiasmo das adesões que jogar essa gente no chão”²².

Falou também do que chamou a “situação dos amigos”. Dizia que, depois do 10 de novembro de 1937, ele continuou no Exército a obra iniciada por Euclides de Figueiredo, afastando os indesejáveis, como Loureiro Jr, Frederico Cavalcanti de Albuquerque, Ciro Abreu e outros notórios integralistas, deixando claro certo desprezo por eles. Loureiro Jr. era genro de Plínio Salgado, e os outros dois capitães do Exército. Fournier considerava-se ainda um ajudante de ordens do coronel Euclides de Figueiredo:

Continuando o seu trabalho e me investindo mesmo dos poderes que o senhor me legou, tenho tido o cuidado de conservar unidos os nossos companheiros antigos, como conseguido adesões valiosas e levá-los ao Castro Júnior. Além do trabalho de Castro Jr., que ele conserva ainda em mistério, mas que sabemos eficiente, posso informar...²³

²⁰ TSN, processo 606.

²¹ Idem

²² Idem.

²³ Idem.

Passou então a informar a situação em diversas unidades militares e chegou a afirmar, sobre a Aviação Militar: “Basta dizer-lhe, o Eduardo Gomes topou a parada – isto é absolutamente para o seu governo”²⁴. Sobre a Marinha:

Estamos em contato íntimo com o Crockane, o Otto e o Nemo. Mas destes, para a ação, só confio no Nemo e não de modo absoluto. Por medida preventiva entrei em contato com o sargento Waldemar, Pereira Lima e Elias, que são os senhores absolutos da Marinha e dos quais tenho as melhores impressões. O Crockane tem recebido adesões dos almirantes, mas o homem é muito “reservado” e até certo ponto prejudicial aos nossos interesses.²⁵

O plano pretendia neutralizar e desarticular o inimigo, prender elementos civis do governo e autoridades policiais; tomar estações de telégrafo, telefones, rádio, luz, pontes e organizar o policiamento da cidade. Os alvos dos assalto eram: Palácio Guanabara, Polícia Civil, Polícia Especial, Quartel General do Exército e da Polícia Militar, o Ministério da Marinha e outras unidades navais. Deveriam também ser assaltadas as residências de várias autoridades.²⁶

No item “Dia e Hora”, são interessantes as observações de Severo Founier a Euclides de Figueiredo:

Sobre este ponto nada posso adiantar ao senhor com segurança. Para mim já teria deflagrado, mas com a sua prisão tivemos que utilizar o Playsant para seu substituto e apesar de, sob certos pontos de vista, ser um companheiro ideal, falta-lhe o que sobra ao senhor: senso coordenador. A resultante disso foi colocarmos todos os nossos elementos ligados ao Castro Jr., causando-nos sérios transtornos. Tenho receio de desfecharmos o golpe e se esses elementos militares não receberem ordens do Castro Jr. tomem posição contra nós. É inconcebível, mas perfeitamente aceitável, em face da miserabilidade do caráter de nossos oficiais. Também não compreendo porque a falta de decisão do general. (). Com franqueza, coronel, não sei o que espera o nosso chefe. É minha opinião que, mesmo para perder (hipótese que considero tão afastada) deveríamos desfechar o golpe. Não importa que os céticos presumam que a nossa derrota será o fortalecimento de Getúlio Vargas. Não acredite, coronel, isso que estamos vendo é o resultado da nossa derrota em São Paulo. A nossa derrota será o despertar das consciências oprimidas, será o alertamento da Nação e o indício de que não concordamos com esse canalha. Para se admitir a hipótese do fortalecimento de Getúlio Vargas ter-se-ia que admitir a reconstrução do país em bases menos sólidas. Isto lhe faltaria no momento da nossa derrota, já agravada pelos males anteriores. E onde a força de Getúlio Vargas?²⁷

²⁴ Idem

²⁵ Idem

²⁶ Idem.

²⁷ Idem. Trata-se do tenente-coronel Ayrton Plaisant.

A conspiração

Da conspiração militar participaram também grupos civis, estes fundamentalmente compostos de integralistas. Embora os militares contassem com figuras como o coronel Euclides de Figueiredo e o general Castro Jr., o articulador da ação, como vimos, era o tenente Severo Fournier.

Do lado civil-integralista, os principais chefes eram os médicos Belmiro Valverde e Raymundo Barbosa Lima. O quartel general de suas atividades estava situado em duas casas, uma na Avenida Niemayer, nº 550 e outra na Estrada da Gávea, 522.

Como o principal alvo era o palácio Guanabara, residência do presidente da República, marcaram o dia da revolta para quando um dos implicados no golpe estivesse na chefia da guarda do palácio. Foi na madrugada de 11 de maio.

A maioria das ações planejadas não chegou a se realizar, por ausência de comando ou por absoluta incompetência dos mobilizados. Das que chegaram a ser iniciadas, a esmagadora maioria fracassou antes mesmo da derrota ser conhecida e as que se realizaram acabaram também em fracasso total. Houve apenas duas ações de peso, os ataques ao palácio Guanabara e ao Arsenal da Marinha.

No ataque ao Guanabara, chefiado por Fournier, a confusão foi grande desde o início, mas os invasores conseguiram dominar a guarda e, posicionados nos jardins do palácio, abriram fogo contra os aposentos da família Vargas. Por outro lado, os reforços militares que deveriam proteger o presidente e sua família custaram a chegar e não há explicação nem para tal demora e nem porque o tenente Fournier, em certo momento, desistiu do ataque, escapando pelo morro que fica nos fundos do palácio. Os que não conseguiram fugir foram fuzilados no local²⁸.

A outra ação importante, no Arsenal da Marinha, teve como comandante, o tenente intendente Arnaldo Hasselmann Fairbairns, ferido no assalto que também fracassou²⁹.

Quanto aos ataques às residências de personalidades política, militares e policiais, apesar da violência de alguns deles, também foram um verdadeiro fiasco.³⁰

²⁸ Foram eles: tenente Teófilo Ottoni Jaccourd, Dionísio Pereira da Silva, Mário Salgueiro Viana, Waldemiro Petrone, José Rodrigues, Luís Cândido, Manoel Gomes Vidal, Artur Pereira de Holanda e o cabo Juvêncio Henrique Pereira Dias. Cf. CARNEIRO, Glauco, op.cit. p. 453

²⁹ TSN, processo 599, apenso ao processo 598.

³⁰ Idem

Plínio Salgado estava desde março em São Paulo, procurando desvincular-se do movimento depois de seu fracasso e não chegou a ser implicado diretamente no golpe – apesar de ter sido detido e obrigado a deixar o país. A maioria dos integralistas presos, para defender-se, usou do argumento de serem pacifistas, incapazes de promover ou participar de ações armadas.³¹

Para se ter uma ideia do envolvimento dos militares no golpe basta citar alguns dos que chegaram a ser chamados a depor, denunciados como envolvidos na conspiração, embora não tivessem participado dela: Estilac Leal, várias vezes citado, disse ter sabido do movimento e logo alertado Fillinto Müller, “muito meu amigo”, que já estava ciente.³² Também bastante citado foi o brigadeiro Eduardo Gomes, que declarou não ter recebido quaisquer pedidos do general Castro Jr. No sentido de disponibilizar um avião para jogar panfletos sobre a cidade³³ Outros militares citados que negaram qualquer envolvimento foram o general Pantaleão Pessoa e o tenente coronel Osvino Ferreira Alves³⁴

Dos principais envolvidos destacam-se os depoimentos do tenente Severo Fournier e do médico integralista Belmiro de Lima Valverde, de militares do Exército, como o general Castro Jr., o coronel Euclides Figueiredo e da Marinha de Guerra, os comandantes Fernando Cockrane, Otto de Faria e Frederico Cavalcanti de Albuquerque. Importante também o depoimento do tenente intendente da Marinha, Haroldo Hasselman Fairbairn.

Fournier assumiu toda a responsabilidade pelo ataque ao palácio Guanabara. Sua ação era coerente, justificou, uma vez que sempre foi contrário ao governo de Vargas. Reconheceu a autoria do plano e disse que os oficiais ali citados o foram como manobra diversionista, e para ajudar a mobilizar seus pares³⁵. Explicou porque o ataque ao Palácio Guanabara foi tão moroso: agiu “dentro dos princípios de humanização da Guerra”, pois poderia ter intensificado o ataque e prendido o presidente ao invés de esperar que ele se entregasse. Preso na Casa de Detenção, iniciou uma correspondência com Luiz Carlos Prestes. Fournier, que já estava tuberculoso, piorou muito com as péssimas condições da cadeia. Da prisão escreveu um diário, publicado mais tarde por

³¹ Em todos os processos, boa parte dos interrogados utilizou-se desse argumento para livrar-se das acusações .

³² TSN, Processo 606

³³ Idem.

³⁴ Idem

³⁵ Toas as suas declarações constam do processo do TSN nº 606

David Nasser. Nele o tenente mostrou imenso desprezo pelos integralistas e chamou o golpe de maio de “a revolução dos covardes”.³⁶ Fournier morreu tuberculoso em 1946, aos 38 anos de idade.

Em maio de 1938 o coronel Euclides de Figueiredo estava detido na Casa de Correção, na rua Frei Caneca. Declarou ser um liberal democrata e disse que os comentários feitos no plano de autoria de Fournier “eram simples observações sobre possibilidades”³⁷. Negou qualquer participação no movimento.

O general Castro Jr., negando também qualquer participação no golpe, argumentou que para ele nada significava mudar o Estado Novo por um Estado Integralista. Disse que o fato de seu nome ser muito mencionado no plano - assim como de outros militares - era normal, pois todos eram ostensivamente contra o governo. Disse ainda que a chefia do movimento foi oferecida a todos os generais que não estavam de acordo com o golpe de novembro.³⁸ Evidentemente Castro Jr. e outros militares, com o fracasso do movimento, jogaram para os integralistas toda a responsabilidade por ele – o que, aliás, agradou os militares responsáveis pelos processos.

Na Marinha de Guerra foram indiciados os comandantes Fernando Cockrane, Otto de Faria e Frederico Cavalvanti de Albuquerque. Estes declararam-se inocentes: estavam passeando pelo centro da cidade, altas horas da noite, saindo de um café, do cinema ou da casa de um parente quando ouviram boatos de que alguma coisa ocorria, indo buscar informações no Clube Naval.³⁹

O comprometimento da Marinha com o golpe foi grande, pois grande parte da tripulação dos navios que se sublevaram simpatizava com o integralismo – embora a maioria dos praças dissesse ter entrado para a AIB com medo de ameaças, pois naquela época quem não fosse integralista poderia ser considerado comunista, o que era muito pior. Disseram ainda que se toda a tripulação era integralista era porque a maioria dos oficiais o era.⁴⁰

³⁶ NASSER, David. *A revolução dos covardes*. Diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e as ordens da censura da ditadura. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A, 1947.

³⁷ Declarações do coronel Euclides de Figueiredo, in Idem.

³⁸ As declarações do general Castro Jr., in Idem.

³⁹ TSN. Declarações dos citados oficiais no processo 598.

⁴⁰ Depoimentos de marinheiros constantes do processo do TSN nº 598

Os rebeldes da Armada chegaram a tomar o Arsenal da Marinha. O tenente Arnould Hasselmann Fairbairn – integralista convicto - assumiu toda a responsabilidade pelo ocorrido e afirmou que

O levante não era integralista e os que nele tomaram parte o fizeram sem ordem ou entendimento do Sr. Plínio Salgado. O movimento era de caráter exclusivamente militar, embora contasse com o apoio da maioria do povo, especialmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul e tinha por fim fazer cumprir o que, quando da declaração do segundo Estado de Guerra e com a responsabilidade das classes armadas, representadas pelos respectivos ministros, havia sido prometido, isto é, que o Estado de Guerra não teria efeito político e que as eleições seriam realizadas; que o plano desse movimento consistia, inicialmente, na ocupação dos principais centros de administração pública e posteriormente, mediante a adesão do Exército, da entrega do governo a uma junta militar; que essa junta se comprometia a respeitar certos direitos da AIB e também de outros partidos políticos; a junta, dentro de três meses, por um plebiscito ou pela convocação de uma Constituinte, promoveria a fixação do regime político a ser adotado; que o chefe do movimento e que seria também o chefe da junta governativa era o general Castro Jr. Que de acordo com o plano geral cumpriu a parte que lhe tocou, de ocupar o Ministério da Marinha e, no caso de o Corpo de Fuzileiros Navais, como se esperava, não aderisse ao movimento, impedir por algum tempo o seu desembarque e, que fosse frustrada a descida da tropa da Vila Militar.⁴¹

Hasselmann apenas declarou três nomes: o do sargento Waldemar (Muniz Bezerra Cavalcanti, o de Belmiro Valverde e de Severo Fournir porque, disse, “tem certeza de que assumiriam, como ele, a responsabilidade por seus atos”.⁴² Disse ainda que a revolta

Não foi uma atitude isolada, fruto de exaltação ou de fanatismo, mas sim o resultado natural de compromissos assumidos anteriormente, quando foi pedido pelo general Gaspar Dutra, ministro da Guerra e pelo capitão chefe de Polícia, Filinto Müller, o auxílio da AIB para se processar a mudança de regime realizada no dia 10 de novembro de 1937; (...) posteriormente, após o fechamento da AIB, tendo conhecimento de que se articulava um movimento de caráter militar, chefiado pelo general Castro Jr., cujo objetivo era restabelecer um regime que desse garantias a AIB e a outros partidos, e que grande número de integralistas estavam de acordo com esse movimento, julgou-se, em face do compromisso de honra assumido anteriormente na residência do senhor Plínio Salgado, moralmente obrigado a dele participar.⁴³

ALGUMAS CONCLUSÕES

⁴¹ Depoimento do tenente Arnould Halssemann Fairbairn, no processo TSN 598.

⁴² Idem.

⁴³ Idem

Há três questões que considero importantes para a avaliação da tentativa de golpe de maio de 1938. Em primeiro lugar, o caráter do golpe, tratado quase sempre como um *putch* integralista e que considero muito mais da responsabilidade dos militares. A segunda questão é a do papel dos militares na política - no caso, do segmento conservador e antigetulista – e levanto como hipótese que esse grupo é a origem dos militares que participaram em 1964. Posicionaram-se contra Vargas desde 1930 e comandaram a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Nele encontramos as posições conservadoras e elitistas e também de extrema direita, representada pelos militares integralistas. Mas os militares integralistas são apenas uma das facções que conspirou em 1938. A predominância foi dos militares de centro direita, os mesmos que ajudarão a derrubar Vargas em 1945, irão se unir na UDN e que passarão a conspirar em 1950, em 1954, em 1961 – sempre com os mesmos objetivos liberal-conservadores (mais conservadores do que liberais), antitrabalhistas, antissindicalistas, anticomunistas, antigetulistas e depois antijanguistase -, finalmente vitoriosos, em 1964.

Uma última questão: será válida uma comparação entre a tentativa de golpe de novembro de 1935 e a de maio de 1938? Se levarmos em conta as propostas dos movimentos não, pois seus objetivos eram radicalmente opostos: por um lado pleiteando um governo liberal-democrático, anti-imperialista, que abrisse espaço para a participação dos trabalhadores e realizasse a reforma agrária. Se os tenentes da ANL não eram comunistas – nem mesmo socialistas –, não tinham preconceitos anticomunistas. Ao contrário, os de 1938 diziam-se liberais conservadores, aceitavam a aliança com os que propunham uma ditadura de direita, nos moldes fascistas e tinham como traço de união um arraigado anticomunismo.

Do ponto de vista formal, no entanto, da direção militar e da participação civil, os movimentos se assemelham bastante: eram levantes militares a que depois de vitoriosos a população deveria aderir. Semelhantes também o despreparo da organização, o contar com unidades militares e personalidades que, apesar de serem antigetulistas, estavam longe de aderir ao golpe. A falta de visão da realidade e a crença na vitória também eram muito semelhantes. Na prisão, Prestes e Severo Fournier se corresponderam, e pelas cartas de Prestes ao tenente pode-se perceber uma grande empatia, certamente pelo fato de serem ambos militares, antivarguistas e dispostos a lutar por seus ideais. Na primeira carta, de 30 de novembro de 1938, Prestes escreveu ao tenente Fournier: “Vejo no senhor, pelo que conheço de sua atitude nesses últimos

meses, um homem digno, revoltado contra a tirania que enxovalha nossa Pátria.

Comparo-o mesmo aos meus bons companheiros de 1924.”⁴⁴

Por outro lado, houve diferenças no tratamento dado aos presos. A repressão aos integralistas foi grande, mas houve muito a boa vontade para com os militares superiores, mesmo os claramente integralistas, situação completamente diferente da repressão aos militares aliancistas e aos poucos oficiais comunistas presos em 1935. Os integralistas foram em pouco tempo reincorporados ao Exército, enquanto que os de 1935 levaram mais de 50 anos para sê-lo.

Também o comportamento dos militares integralistas presos tem uma enorme diferença em relação aos aliancistas. Todos os oficiais comunistas e/ou aliancistas assumiram a responsabilidade pelo levante e nenhum deles mencionou qualquer colega envolvido. Já entre os oficiais presos no levante de maio de 1938 quase todos negam qualquer responsabilidade com o levante e todos citam nomes em abundância.

Uma última observação, sobre os depoimentos dos subalternos: soldados, cabos, sargentos e marinheiros, do Exército ou da Marinha. Dois ou três, entre as centenas de indiciados, admitiram que tinham ordem e disposição de matar as personalidades que resistissem à prisão. Mas a esmagadora maioria se disse enganada, uma vez que o integralismo, no qual acreditaram a ao qual aderiram, era pacífico, mantenedor da ordem e da hierarquia. O máximo que admitiram foi que sabiam que haveria um levante, mas que seria totalmente pacífico, até pela amplitude das adesões a ele. Diziam também que Plínio Salgado não poderia estar envolvido, justamente por suas posições pela paz e pela tranquilidade. A missão do integralismo era “eivar o espírito e a cultura”.

A rebelião militar-integralista de 1938 é mais um episódio ainda mal estudado, que vai sendo repetido como um “putch integralista” sem maior aprofundamento dos acontecimentos, o que mostra o quanto ainda há que se estudar nossa História Política e analisar o papel dos militares nela.

BIBLIOGRAFIA

ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, Estatutos. 1934

⁴⁴ Primeira carta de Prestes ao tenente Severo Fournier. In PRESTES, Luiz Carlos. Problemas atuais da democracia. Rio de Janeiro:Editorial Vitória, s/d.

BOBBIO, Norberto *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política.*

Tradução de Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Editora das UNESP, 1995.

CALIL, Gilberto. “Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação”. In *Locus*, Revista de História. Juiz de Fora, vol. 30,. Nº 1, 2010.

CARNEIRO, Glauco, *História das Revoluções Brasileiras*, vol. 2. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional”. In PANDOLFI, Dulce (org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARONE, Edgar, *O PCB – 1922-1943*, vol. 1, São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgar. *A República Nova - 1930-1937*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de: "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T.III, vol. 2, São Paulo: Difel, 1978.

CAVALCANTI, Newton, Carta ao ministro da Guerra, Gal. Eurico Gaspar Dutra, de 2 de dezembro de 1937. TSN, processo nº 466.

PEIXOTO, Floriano, "Carta de 10/7/1897", in PEIXOTO, Arthur Vieira, *Floriano*, Rio de Janeiro, MEC, 1939, vol.1 apud CARDOSO, Fernando Henrique "Dos Governos Militares a Prudente de Moraes: Campos Salles", In. FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T.III, vol. 1, São Paulo, Difel, 1978.

GONÇALVES, Leandro Pereira & SIMÕES, Renata (org.) *Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, vol. 1, 2011 e vol 2, 2012.

KONDER, Leandro, *Esquerda, socialismo e marxismo*. In *Teoria e Pesquisa*, revista do Departamento de Ciências sociais da Universidade Federal de São Carlos. Nº 2, setembro de 1992.

LEVINE, Robert, *O regime de Vargas, 1934-38*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980,

NASSER, David. *A revolução dos covardes*. Diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e as ordens da censura da ditadura. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A, 1947.

PRESTES, Luiz Carlos. “Primeira carta ao tenente Severo Fournier”. In PRESTES, Luiz Carlos, *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, s/d.

SALGADO, Plínio, "Atos preparatórios do golpe de 10 de novembro. O Integralismo, o presidente Vargas e as classes armadas". In SALGADO, Plínio, *Obras Completas*, vol. Nono, *O Integralismo perante a Nação*. São Paulo:Ed. das Américas, 1955,

SALGADO, Plínio, "Carta do Chefe Nacional da 'Ação Integralista Brasileira', Plínio Salgado, ao senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, em 28 de janeiro de 1938. In SALGADO, Plínio, *Obras Completas*, vol. Nono, *O Integralismo perante a Nação*. São Paulo:Ed. das Américas.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª edição, São Paulo:Expressão popular, 2010.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Processos número: 417, 466, 598, 599, 600 e 606. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

VIANNA, Marly de A.G. *Revolucionários de 1935 – sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 3ª Ed., 2011.

ANPUH

A Rebelião de maio de 1938

Marly de Almeida Gomes Vianna

Introdução

O levante ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 1938 não é muito estudado, merecendo algumas poucas linhas na história dos anos de 1930. Penso, no entanto, que esse movimento deve ser visto como importante momento de alianças políticas antivarguistas, concretizadas pela unidade de ação entre políticos civis, militares e integralistas (civis ou militares). Momento em que as forças de oposição ao governo, perdendo a perspectiva de chegar ao poder legalmente, estabeleceram alianças para levar adiante um golpe armado, com a imprescindível participação dos militares.

Os militares

A jovem oficialidade tenentista havia sido a protagonista política no início dos anos de 1920. Na sociedade brasileira das primeiras décadas do século os militares vinham desempenhando papel de destaque. Desde a proclamação da República, o Exército passara a participar ativamente na vida do país. José Murilo de Carvalho salientou o fato ao escrever: "A Primeira República começa e acaba com intervenções militares"¹. José Murilo de vê três posturas básicas no intervencionismo militar da Primeira República: uma intervenção reformista, a do "soldado cidadão" que se sente com o direito e o dever de participar politicamente da vida do país; a do "soldado profissional", cujo discurso de não intervenção esconde uma pseudoneutralidade; e a do "soldado corporação", que preconiza uma "intervenção moderada"². Sempre uma atitude intervencionista. A participação dos militares na proclamação da República e seu papel nos governos de Deodoro e Floriano, levaram a que se considerassem os legítimos guardiães dos ideais republicanos. No governo do Marechal Hermes, as intervenções militares ficaram conhecidas como políticas de "salvação".

O marechal Floriano Peixoto a propósito de uma das tantas questões que, em sua época, envolveram militares e civis, deixou claro o pensamento sobre o direito de intervenção militar, comentando sobre

¹¹ CARVALHO, José Murilo de: "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T.III, vol. 2, São Paulo, Difel, 1978, p. 183.

² *Ibid*, p. 210-214.

